

Especialistas alertam

ESTADU DE SÃO PAULO

sobre a Constituinte

18 JUN 1986

SERVIÇO LOCAL E
AGÊNCIA ESTADO

A Assembléia Nacional Constituinte decidirá se o Brasil continua a ser uma Federação? Se decidir que sim, o que é muito provável, vale a pena prestar atenção às advertências de três especialistas que falaram ontem no primeiro dia do seminário "Constituinte: experiência americana e o processo brasileiro", no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no largo São Francisco. O federalismo é uma questão básica e não "antiquada", advertiu o professor Dalmo de Abreu Dallari.

O professor Louis Henkin, da Universidade de Colúmbia, afirmou que qualquer Constituição deve levar em conta três aspectos fundamentais: garantir que o governo seja democrático (e que não se governe por decreto), garantir um estado de bem-estar social e, finalmente, o respeito aos direitos humanos. Ele destacou que o federalismo americano surgiu em decorrência de fatores históricos; os Estados já existiam com governos e leis próprios.

Para Henkin, os aspectos negativos são: 1) que ele serviu durante 80 anos para manter a escravidão em muitos Estados, serviu também por mais uns 80 anos para que se desse apenas no papel a igualdade aos negros. E foram necessários outros 80 anos para que se acabasse com a discriminação e a segregação racial quando se aprovou uma lei nacional de respeito aos direitos individuais. Mas os aspectos positivos são, por exemplo,

que, quando as autoridades administrativas ou judiciárias federais não são suficientemente progressistas para proteger os direitos individuais, algumas Constituições estaduais vão mais além e acabam servindo de estímulo para outros Estados. Ele deu como exemplo o caso do Havaí, que promoveu uma reforma agrária, fato inédito nos EUA.

Dalmo de Abreu Dallari, por sua vez, destacou a importância da autonomia dos Estados, muito menor no sistema federativo brasileiro que, ao contrário dos EUA, nasceu de uma necessidade dos Estados de terem maior independência. O Brasil já existia como sistema unitário e foi, com a República, transformado em Federação.

Hoje, às 17 horas, também no largo São Francisco, Harlan M. Blake, Miguel Reale e Geraldo Ataliba discorrem sobre "Educação e Constituição".

Em Porto Alegre, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) aprovou documento declarando que, diante da "reconhecida hegemonia conservadora" no atual processo de formação da Assembléia Nacional Constituinte, "importantes esforços devem e podem ser realizados no âmbito eclesial". Entre esses, destaca a promoção de reuniões dos vários setores da população para orientar sobre a escolha dos candidatos à Constituinte. O documento acusa o governo de criar "mecanismos que limitam a participação popular na Constituinte", como a convocação de um "Congresso Constituinte" em lugar de uma Assembléia "livre e soberana".